

---

## Da prisão ao suicídio: uma análise da cobertura da mídia no caso Cancellier<sup>1</sup>

Nathalia Angelo THOMASSEN<sup>2</sup>

Maria Elisa MÁXIMO<sup>3</sup>

Faculdade Ielusc, Joinville, SC

### RESUMO

As discussões sobre a divulgação ou não de suicídios através da mídia são recorrentes na academia e também nas redações. Este artigo busca compreender esta temática mas, muito mais do que isso, começa a pensar a responsabilidade da mídia por outra ótica: a de quem induz ou incentiva o ato suicida, questão anterior à dúvida de divulgar ou não as mortes voluntárias. No caso do ex-reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, a mídia tem papel determinante na divulgação de sua morte, mas também pode ter sido motivo para tal.

**PALAVRAS-CHAVE:** suicídio, crítica de mídia, Cancellier.

### INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta as primeiras reflexões decorrentes d000 pesquisa que resultará no meu Trabalho de Conclusão no Curso de Jornalismo da Faculdade Ielusc. O objetivo, em termos gerais, é promover uma reflexão sobre o papel que a mídia - especialmente os veículos jornalísticos - desempenharam no desfecho do caso envolvendo o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier de Olivo.

Diferente da questão recorrente no Jornalismo sobre tratar (ou não) o suicídio como pauta, este artigo busca analisar a cobertura midiática como possível agente encorajador para o suicídio, mais especificamente, pretende-se compreender em que medida a cobertura jornalística pode ter sido determinante para o desfecho do caso Cancellier. Após o suicídio do ex-reitor muito se falou em crítica de mídia, no entanto, não foi adotado o suicídio como ponto de partida e sim a prisão de Cancellier, que foi suspeito de obstruir as investigações sobre supostos desvios de recursos do programa da

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT1 - Jornalismo, no XLI Congresso de Ciências da Comunicação, realizado de 2 a 8 de setembro de 2018.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da Faculdade Ielusc, e-mail: [nathalia.thomassen@gmail.com](mailto:nathalia.thomassen@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Profª Dra. do curso de Jornalismo da Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc. E-mail: [elisamaximo@gmail.com](mailto:elisamaximo@gmail.com)

Universidade Aberta do Brasil. O ex-reitor foi manchete de muitos jornais entre os dias 14 de setembro - data da prisão - e dia 02 de outubro - data do suicídio. No entanto, até hoje nada foi provado contra ele. Durante essas semanas, muitos foram os jornais que estamparam na manchete o que daria audiência, espetacularizando a situação, ignorando o artigo 9º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que diz que “a presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística”. O caso do Cancellier evidencia a possibilidade do mau jornalismo ser o motivador de uma morte. Não por falar de suicídio, mas por fazer uma cobertura irresponsável, sensacionalista e espetacularizada de situações sem que todas as evidências tenham sido apresentadas. Situações como a vivida por Cancellier acabam inviabilizando a vida de sujeitos ao ponto de eles se sentirem tão expostos e humilhados, que decidem tirar a própria vida. Diante desta hipótese, a crítica de mídia se faz urgente para compreender o impacto de coberturas midiáticas como essa na saúde mental dos personagens que elas apresentam. Além disso, é preciso repensar a forma como o suicídio tem sido (ou não) pautado na grande mídia.

O suicídio sempre foi motivo de divisão de opiniões no meio jornalístico: alguns defendem a ideia de que ao noticiar um caso de suicídio mais pessoas vão querer imitar o feito, outros acreditam que ao falar pode-se ajudar na prevenção. No entanto, na era em que os cliques e as métricas são o objetivo, ao apurar uma matéria, escrever um texto ou escolher uma foto pouco se reflete sobre o impacto que essa decisão poderá trazer para quem está sendo retratado.

Costumeiramente pensa-se no potencial do jornalismo para “construir a imagem” de uma pessoa, mas o caminho oposto quase nunca é discutido. O mau jornalismo pode, também, destruir a vida de alguém. É por isso que a mídia é conhecida como o quarto poder, um meio de preservar democracias ou de garantir a manutenção de ditaduras inteiras.

No livro “Morreu na Contramão” o jornalista Arthur Dapieve (2007) busca trazer questionamentos sobre o suicídio como notícia. Para ele, “se pouco falamos da morte voluntária, é também porque inventamos fórmulas para evitar o assunto” (DAPIEVE, 2007, p.8). A fórmula encontrada pelo jornalismo para evitar o assunto estava no artigo 6º do Código de Ética da profissão: “é dever do jornalista respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. Com isso, a mídia conseguiu evitar o tema suicídio durante muito tempo, até 1980. Foi nesta década que a taxa de mortes

voluntárias começou a aumentar e nunca mais parou, o assunto passou a ser de ainda mais interesse público.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa de mortes por suicídio aumentou 60% nos últimos 45 anos e ele é responsável por quase um milhão de mortes por ano em todo mundo, sendo a segunda principal causa de morte entre jovens com idade entre 15 e 29 anos. O suicídio se tornou responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo. Dessa forma, saiu do campo particular e tornou-se uma questão pública, coletiva, social. Mesmo a contragosto os jornais e jornalistas estão sendo obrigados a rever seu posicionamento frente a essa questão, pois o próprio artigo 6º do Código de Ética também diz que “é dever do jornalista divulgar os fatos e as informações de interesse público”. A questão é que, se a pós-modernidade pode ser um fator capaz de alavancar os casos de suicídio, a cobertura irresponsável da grande mídia também o é.

### **1. Suicídio na mídia: situando a problemática num campo de estudos**

Para o sociólogo Émile Durkheim (2000), o suicídio é “todo o caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato, positivo ou negativo, executado pela própria vítima, e que ela sabia que deveria produzir esse resultado”. Partindo desse pressuposto, é natural que o senso comum e a literatura nos levem a pensar o suicídio enquanto um problema individual e psicológico. No entanto, restringir-se a esses fatores é o mesmo que fechar os olhos diante do estudo de Durkheim (2000) para o suicídio enquanto um fenômeno social. O sociólogo observa:

Visto que o suicídio é um ato do indivíduo que apenas afeta o indivíduo, dir-se-ia que depende exclusivamente de fatores pessoais e que o estudo de tal fenômeno se situa no campo da psicologia. E, aliás, não é pelo temperamento do suicida, pelo seu caráter, pelos seus antecedentes, pelos acontecimentos da sua vida privada que normalmente este ato se explica? (DURKHEIM, 2000, p.168)

Se os suicídios pudessem ser explicados exclusivamente pelos fatores psicológicos, então, poderia ser tirada a responsabilidade da sociedade. Contudo, nem todos os que enfrentam graves sofrimentos de cunho psíquico se matam. Por que alguns resistem e outro não? De acordo com Durkheim (2000, p.169), a resposta está na própria sociedade: “cada sociedade tem, portanto, em cada momento da sua história, uma aptidão definida para o suicídio”. Ou seja, em cada sociedade há um número constante de suicidas, uma *taxa de suicídio* relacionada a cada grupo social, a qual “não se pode explicar nem através da constituição orgânico-psíquica dos indivíduos nem através da

natureza do meio físico” (DURKHEIM, 2000, p.177). Conclui-se, portanto, que há fatores externos ao indivíduo capazes de estimular o suicídio. Nesta pesquisa a análise se dará sobre a mídia enquanto um desses fatores externos. Fundamentar hipóteses sobre o suicídio na mídia é um desafio porque não há legislação que possa basear a prática jornalística nesses casos, gerando muitos questionamentos e poucas respostas.

Para Bucci (2000), a questão que fomenta a discussão sobre o tema suicídio é o artigo 6º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, principalmente no que tange a “invasão de privacidade”. Embora o direito à informação e à liberdade de imprensa estejam dentro da ética jornalística, profissionais da comunicação têm também como responsabilidade preservar o direito à privacidade, à imagem e à honra das fontes.

Diante deste panorama da ética jornalística, Grandó (2005), em sua pesquisa “Suicídio na pauta Jornalística”, argumenta que a publicação de notícias sobre suicídio se faz necessária a partir da ótica de divulgação das causas e também da prevenção. Para a autora:

Ao abordar o suicídio em suas páginas diárias, a imprensa também poderia contribuir oferecendo informações e incentivando um debate sobre como auxiliar pessoas com tendências suicidas, como superar a perda de uma pessoa querida por suicídio, como relações familiares e escolares podem influenciar crianças e adolescentes a pensarem em suicídio em decorrência de uma pressão social vinda dessas instituições que eles não conseguem suportar. (GRANDÓ, 2005 apud BARBOSA et al., 2010, p. 4).

Segundo recomendação da OMS (2000), registrada em seu manual “Prevenção do Suicídio: Manual para Profissionais da Mídia”, em casos que envolvem celebridades, por exemplo, a imprensa deveria minimizar relatos de como aconteceu o ato. Outra recomendação é não publicar o fato, em nenhuma circunstância, como capa de jornal, isto é, não colocá-lo como manchete, em grande destaque. Pois, como escreveu Teun A. van Dijk (1963, p.21), “a notícia é uma importante formadora de opinião não só pelo que diz e pelo que não diz, mas também pelo como diz”.

Bucci (2000) enuncia padrões que o jornalista deve considerar na produção das notícias sobre suicídio:

Evitar o sensacionalismo; saber procurar ou utilizar entrevistas ou fotos, ou seja, mostrar compaixão por aqueles que são afetados pela tragédia ou sofrimento, que podem ser os amigos, familiares e admiradores que pedem o sigilo nas notícias; reconhecer que as fontes possuem um direito maior ao controle de informações sobre si mesmas do que representantes públicos e outros que buscam poder, influência e atenção. (BUCCI, 2000, p. 2 apud BARBOSA et al., 2010, p. 8)

---

Ao considerar noticiar um suicídio, é preciso voltar à discussão inicial sobre a função do jornalismo, que é esclarecer e explicitar fatos de interesse público. De alguns anos para cá o número de suicídios aumentou, levando o Brasil a registrar 30 suicídios por dia, o que faz com que o tema se torne de saúde e interesse público, obrigando o jornalismo a repensar a sua atuação.

Para Durkheim (2000), o suicídio é um fenômeno de ruptura social, ou seja, mesmo que o suicídio seja um ato individual, há a presença da sociedade a que pertence. Inclusive dos processos comunicacionais diversos pelos quais estamos sendo influenciados diariamente. Por isso, a mídia e os veículos de comunicação podem desempenhar papel central no desfecho de um caso de suicídio antes mesmo dele ser cometido.

Sem contar que o jornalismo tem um papel fundamental, pois é ele, através do agendamento, que decide o que se tornará conversa no elevador ou na mesa de bar. Se o jornalismo é capaz disso, também é capaz de contribuir para o aumento do número de suicídios ou para a diminuição deles.

Os jornalistas têm um poder nas mãos: o poder de humanizar, sensibilizar e transformar uma realidade. No entanto, por vezes, movidos por interesses comerciais, políticos ou de audiência, acaba escolhendo o sensacionalismo ao realismo.

## **2. Caso Cancellier: excessos e atropelos da cobertura jornalística**

Luiz Carlos Cancellier de Olivo, 59 anos, se suicidou no dia 2 de outubro de 2017 no Beiramar Shopping de Florianópolis. Cancellier, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 2016, foi preso no dia 14 de setembro por ser suspeito de obstruir as investigações sobre supostos desvios de recursos do programa da UAB (Universidade Aberta do Brasil), destinados ao custeio de cursos de formação de professores à distância com o repasse de bolsas por meio da Fundação Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) - vinculada ao Ministério da Educação. Em seu último artigo publicado (em 28/09/2017) intitulado “Reitor exilado”, Cancellier afirmou “a humilhação e o vexame a que fomos submetidos — eu e outros colegas da UFSC — há uma semana não tem precedentes na história da instituição”. Após a morte do reitor, Christofolletti (2017) escreveu para o Observatório da Ética Jornalística (ObjETHOS), pois segundo ele “muitas mãos invisíveis, o [Cancellier] empurraram das alturas”:

---

Mãos não só de autoridades, mas de uma imprensa que primeiro atira e só depois pergunta quem vem lá, quando e se pergunta. Uma imprensa que toma como verdadeira, em princípio, a palavra da autoridade, não mediada, não contextualiza. De blogueiros, ativistas e pessoas “comuns” que, raivosos, expõem argumentos chulos, pensamentos prontos, clichês preconceituosos, manifestações de atraso e ignorância, e ódio, muito ódio nas redes sociais. Mãos de quem confunde moral com moralismo de baixo custo, que a todos rotula, por método, costume e um certo prazer sádico.(CHRISTOFOLETTI, 2017)

A mídia tem o poder de construir ou destruir a imagem de uma pessoa em minutos, ou em linhas. É de praxe que as faculdades de jornalismo ensinem sobre o que não se deve fazer em uma cobertura jornalística, como é o exemplo do Caso da Escola Base, que aconteceu no bairro da Aclimação, na cidade de São Paulo, em 1994. No entanto, o mau jornalismo não aprende com os erros. No caso do reitor da UFSC, há ainda um agravante na história: o caso terminou em morte.

Até que ponto a mídia contribuiu para esse desfecho? Será que a cobertura sobre a prisão de Cancellier foi feita de maneira responsável? Segundo Yarochevsky (2017), “no Estado Penal prende-se primeiro – sem direito a defesa – para depois apurar”, e no jornalismo? Se coloca primeiro no ar para depois apurar? A prisão de Cancellier foi filmada, noticiada e exibida pela grande mídia, no entanto, ainda não há nenhuma prova de que ele tenha algum envolvimento com o desvio de verba. A imprensa “é cúmplice ativa dos processos de pré-julgamento e assassinato moral promovidos pelo Judiciário” (MIGUEL, 2017). A Folha de S. Paulo, um dos maiores jornais do país, escreveu que o reitor integrava um grupo “suspeito de desviar R\$80 milhões em recursos que deveriam ser investidos em programas de Educação à Distância”. Apenas nesta frase há dois erros: o projeto totalizava R\$80 milhões, mas o relatório parcial do inquérito, assinado pelo delegado Nelson Napp em 18 de abril, não indica o montante que teria sido desviado da UFSC - com certeza, não seria o valor total. E, além disso, Cancellier não era acusado de participar do desvio — já que este ocorreu antes do início da sua gestão — mas sim de “obstruir as investigações” e mesmo esta segunda acusação não havia sido comprovada. E era veementemente negada por ele.

o Judiciário pode preparar os archotes, mas quem risca o fósforo para o linchamento moral é a mídia. Ao noticiar desta maneira a morte do reitor, a Folha trabalha para esvaziar o sentido de denúncia contra a arbitrariedade que Cau buscou imprimir ao sacrifício de sua própria vida. (MIGUEL, 2017, online)

Enquanto houver sensacionalismo na mídia e falta de imparcialidade, haverá espaço para a crítica de mídia. Será que o caso Cancellier é um ponto de mutação entre a

---

mídia que silenciava diante de casos de suicídio e a mídia consciente de que tem um papel na prevenção do suicídio? Ou a mídia que viu a possibilidade de audiência em casos de suicídio?

### **3. O papel da crítica de mídia**

O jornalismo tem um papel importantíssimo dentro da sociedade, pois é através dele que vemos o mundo e que construímos a nossa realidade. A busca constante do jornalismo pela liberdade, democracia, cidadania e justiça, segundo Silva (2010), faz parte de um processo emancipatório que deve ser produzido diariamente dentro das redações através das brechas e entraves comerciais. Para Albuquerque (2000), um dos obstáculos para a emancipação do jornalismo brasileiro é, além do papel social, o fato dele ter abraçado uma responsabilidade política: colaborar na implantação ou manutenção de uma ordem sempre percebida como instável. Ou seja, para emancipá-los, “simplesmente informar os cidadãos não seria o bastante. Seria preciso formá-los de modo a que eles pudessem desempenhar corretamente o seu papel na democracia” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 166).

A mídia brasileira se desenvolveu alicerçada na política e nos interesses pessoais de muita gente. Hoje, enquanto 63% dos brasileiros consomem as notícias primeiramente na televisão, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, a crítica do que é produzida diariamente se faz mais que necessária. Desses 63%, somente 7% não mencionou a Rede Globo como primeira emissora que busca para se informar. Ou seja, 56% dos consumidores de notícias brasileiras se informam pela Rede Globo, na televisão. Será que esses 56% da população estão sendo bem informados? Em “Um Outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil”, Albuquerque (2000) faz dois questionamentos: qual(is) modelo(s) de jornalismo orienta(m), na prática, o trabalho dos jornalistas brasileiros? Como os jornalistas brasileiros definem o seu compromisso com a sociedade em geral ou com as instituições políticas em particular? O desafio da crítica de mídia é responder essas perguntas e avaliar o jornalismo brasileiro, enquanto difusor do conhecimento e da informação.

Imersos em uma realidade pós-moderna em que não há um “real realmente real” (MACHADO, 2014), os próprios jornalistas precisam questionar seu papel, tanto em seu caráter moral e ético, quanto em seus efeitos pois como não há apenas um discurso hegemônico e totalitário, há muitas narrativas legitimadoras, já que o sujeito torna-se

dono da sua própria liberdade. Aliado a essa multiplicidade de narrativas, o jornalismo também enfrenta a ascensão da cibercultura e o fenômeno nomeado por Moretzsohn (2000) de fetiche da velocidade. A rapidez se tornou condição de sobrevivência para o jornalismo, fazendo com o próprio tempo se torne um valor notícia e nessa busca pelo furo noticioso, o jornalismo do “tempo real” acaba esbarrando em alguns erros: ausência de fontes, falta de exatidão, de pluralidade e de equilíbrio entre as diferentes perspectivas. “Vivemos num tempo maluco em que a informação é tão rápida que exige explicação instantânea e tão superficial que qualquer explicação serve” (VERISSIMO, 1999, p.7). Diante disso, é necessário avaliar as notícias, pois devido a velocidade com que são produzidas, podem deixar lacunas ou ainda informações manipuladas e/ou distorcidas. A crítica de mídia tem como função principal justamente “fiscalizar” o fazer jornalístico, avaliando as produções de acordo com a deontologia e a ética da profissão.

Para entender a crítica de mídia é preciso primeiro compreender as duas funções paradoxais do jornalismo. Segundo Silva (2010, p. 7), uma delas é atender a atividade mercantil-burguesa, portanto, fornecer a notícia como mercadoria, submetendo-se ao capitalismo. Já a outra se trata do exercício social do jornalismo: a liberdade de expressão e o zelo pelo interesse público. Diante dessas duas funções inconciliáveis, por vezes os jornalistas optam pelo lucro, noticiando o que é de interesse de quem está no poder.

Souza (2002), em sua pesquisa, discorre acerca dos valores de noticiabilidade, que são próprios do jornalismo e influenciam diretamente o que será e como será noticiado, apresentando distorções ou tendências como fruto de apropriações guiadas por valores profissionais, geralmente aplicados de maneira involuntária. Contudo, essa influência por vezes pessoal, por outras organizacional afeta diretamente no comportamento da sociedade, já que a mídia exerce poder na formação de opinião dos indivíduos acerca da realidade.

Segundo Emerenciano, Faria, Tortato *et al.* (2015), “conhecer e criticar a produção da imprensa é importante não só para o jornalista, mas também para a sociedade”. O autor José Luiz Braga, no livro “A sociedade enfrenta sua mídia” afirma que o acompanhamento e a crítica contínua pressionam os jornais para um aperfeiçoamento e atendimento de valores sociais. A crítica de mídia, portanto, forma leitores que são capazes de interagir com a imprensa, selecionar o jornal e compreender o processo de produção das notícias (BRAGA, 2006, p. 149).

Dessa forma, a mídia não pode adotar o papel de instância isenta de responsabilidade social, mas como parte da sociedade. Por isso, deve ser monitorada pela própria sociedade.

#### 4. Considerações Finais

Mais do que trazer respostas, este artigo levanta reflexões acerca de uma cobertura irresponsável e que pode ter sido um dos fatores da morte voluntária do ex-reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Um curto período de tempo separou a prisão de Cancellier de sua morte. Mas foi tempo suficiente para que a mídia divulgasse notícias falsas de forma massiva. Assim como a cobertura sobre a Escola Base se tornou exemplo do que não fazer no jornalismo, o Caso Cancellier também o é.

Este artigo é apenas o início de uma pesquisa que se dará em torno da análise do discurso e buscará compreender como a irresponsabilidade da mídia somada à questões individuais e psicológicas podem, de fato, destruir vidas.

De acordo com Foucault (1971), a fala sozinha não existe, é necessário impor-lhe princípios de controle vindos de fora e de dentro do discurso, por isso, a pesquisa deve se debruçar sobre as palavras utilizadas no discurso da mídia e os efeitos delas nos entrevistados. Além de ser uma reflexão acerca do jornalismo ético, este artigo é também um pedido de ajuda em nome da sociedade que é influenciada todos os dias pelos meios de comunicação.

#### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil**. In: *Contracampo*, n. 4 (2000), pp. 23-57. Disponível em: <[http://tracc-ufba.com.br/wp-content/uploads/2016/10/ALBUQUERQUE\\_Um-outro-Quarto-Poder-.pdf](http://tracc-ufba.com.br/wp-content/uploads/2016/10/ALBUQUERQUE_Um-outro-Quarto-Poder-.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2017.

BARBOSA, Ana Carla et al. **Jornalismo e Suicídio: ética e noticiabilidade**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. *Jornalismo e Suicídio*. Caxias do Sul: Intercom, 2010. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3072-1.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016**. Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 05 out. 2017.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Investigado, difamado, exilado e sepultado. **Observatório da Ética Jornalística (objETHOS)**. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2017/10/03/investigado-difamado-exilado-e-sepultado/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Wedekin homenageia Cancellier. **Observatório da Ética Jornalística (objETHOS)**. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2017/10/03/wedekin-homenageia-cancellier/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

DAPIEVE, Arthur. **Morreu na contramão: o suicídio como notícia**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: M. Fontes, 1977.

FENAJ. **CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007**. Disponível em: <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

EMERENCIANO, Carolina Baggio et al. **Quem Critica a Mídia: Um Levantamento dos Observatórios de Imprensa no Brasil**. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 16., 2015, Joinville. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2015/resumos/R45-0567-1.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **MÍDIA TEM RESPONSABILIDADE NA MORTE DO REITOR**. 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/320698/Luis-Felipe-Miguel-m%C3%ADdia-tem-responsabilidade-na-morte-do-reitor.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SILVA, Luiz. **O jornalismo como teoria democrática**. In: Christofolletti, R. (Org.). *Vitrine e vitraço: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo*. Portugal: LabCom Books, 2010. p. 7-20. Disponível em: <[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofolletti\\_vitrine\\_2010.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofolletti_vitrine_2010.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2017.

YAROCHEWSKY, Leonardo. Quem matou Luiz Carlos Cancellier de Olivo? **Brasil 247**. 04 out. 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/leonardoyarochewsky/320740/Quem-matou-Luiz-Carlos-Cancellier-de-Olivo.htm>>. Acesso em: 05 out. 2017.